

# Utilização de fontes oficiais na divulgação de fatos políticos a serviço da ideologia dominante<sup>1</sup>

## Utilization of official sources in the publicizing of political facts on duty of the dominant ideology

Beatriz Dornelles<sup>2</sup>

Geórgia Pelissaro dos Santos<sup>3</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa preocupa-se em investigar o posicionamento da jornalista Rosane de Oliveira, à frente da coluna política de maior influência no Estado, publicada pelo jornal *Zero Hora*: a “Página 10”. A metodologia utilizada foi a análise quali-quantitativa das fontes citadas na coluna para a divulgação dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul. O período de estudo considerou os três primeiros meses de governo de Yeda Crusius (PSDB, 2007) e os três primeiros meses do governo Tarso Genro (PT, 2011), adversários que se enfrentam há décadas. A pesquisa tem como justificativa a histórica desconfiança de militantes gaúchos em relação ao controverso posicionamento de imparcialidade da sessão em análise.

**Palavras-chave:** Fontes. Definidores primários. *Newsmaking*. Jornalismo político. Coluna política.

### ABSTRACT

This research was concerned to investigate the positioning of the journalist Rosane de Oliveira, the head of the column policy of greater influence in the State, published by *Zero Hora* newspaper: Página 10. The methodology used was qualitative and quantitative analysis of the sources cited in the column for the dissemination of political events in Rio Grande do Sul. The study period considered the first three months of government Yeda Crusius (PSDB, 2007) and the first three months Tarso Genro government (PT, 2011), opponents face off for decades. The research is justified distrust of the historic Rio Grande do Sul militants in relation to the controversial position of impartiality of the column.

**Keywords:** Sources. Primary definitors. *Newsmaking*. Political journalism. Political column.

1 Artigo recebido em 3-4-12. Aprovado em 14-4-12.

2 Professora Doutora no PPGCom da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

3 Mestranda no PPGCom da Famecos/PUCRS.

A história do Rio Grande do Sul é marcada pelas posições deterministas e excluídas, especialmente por parte de suas elites políticas, sociais e econômicas. O dualismo está presente, no entanto, em praticamente todas as discussões dos gaúchos. O debate pode ser sobre 1835:<sup>4</sup> Imperialistas e Separatistas. De 1893:<sup>5</sup> Chimangos ou Maragatos ou atualmente: Gremistas ou Colorados? Políticos ou esportivos. A polarização está sempre presente.

Em 1939, o jornalista alemão Wolfgang Hoffmann Harnish visitou o Brasil para entender e escrever sobre os aspectos culturais de sua população. Chegou em solo gaúcho pelo mar e desembarcou em Torres, cidade litorânea. Ele passou dois anos no Rio Grande do Sul e percorreu, pesquisando, dezenas de cidades do Estado. Em 1952, o jornalista terminou a obra que intitulou *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*, na qual descreve com perfeição a politização das discussões. “Todos os setores da vida rio-grandense tornavam-se políticos. Quem quer que fosse era forçado a tomar partido.” (HARNISH, 1941, p. 59).

Geralmente o gaúcho resume tudo a dois lados. Não existe “A”, “B” e “C”. Existe “A” ou “B”. A história das ideias políticas no Rio Grande do Sul esteve sempre marcada por uma polarização incomum em outras regiões, expressa num bipartidarismo contínuo. O povo gaúcho tende a defender ideias e lutar por objetivos de maneira ávida e contundente. (FREITAS; SILVEIRA, 2004).

A figura emblemática e mítica do gaúcho, conforme destacam as autoras Freitas e Silveira (p. 268) cuja representação ainda hoje circula em diversos discursos e artefatos, teve sua constituição, sua invenção, forjada graças a inúmeras condições históricas que possibilitaram o seu surgimento, tendo sido apropriada pelos discursos literário e político, é utilizada nos dias de hoje como símbolo de todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul.

Os discursos e dispositivos pedagógicos da escola e da mídia e as comemorações e os artefatos do nosso cotidiano interpelam sujeitos, “convidando-os” a se tornarem gaúchos e gaúchas de acordo com a representação contida nessa figura mítica. Associada a essa figura está a ideia de nação gaúcha, a qual obteve, durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845), uma concretude cuja visibilidade se estende até os dias de hoje. (FREITAS; SILVEIRA, 2004, p. 267).

Para Freitas e Silveira (2004), a nação gaúcha é uma formação discursiva que surgiu atrelada a uma história regional do Rio Grande do Sul, a qual seleciona e narra algumas das lutas ocorridas no território sul-rio-grandense, além de descrever a região,

4 Data de início da Revolução Farroupilha, que durou dez anos, tendo como líder o General Bento Gonçalves.

5 Revolução Federalista.

seus aspectos físicos, geográficos e humanos, como se fossem transcendentais. Ela – a nação – aparece narrada desde sempre como um prenúncio, uma promessa que *naturalmente* viria a ser cumprida.

Sobre a história regional,

é importante observar a esse respeito o que Albuquerque Jr. (1999) nos diz sobre a história regional. Afirma o autor que ela “não leva em conta o fato de que uma época ou um espaço não preexistem aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem. (Apud FREITAS; SILVEIRA, 2004, p. 267).

Central ao discurso historiográfico regionalista é o prenúncio da figura mítica do gaúcho, esse também narrado como uma promessa gloriosa, herói que atravessou altivamente guerras e adversidades, tipo humano rude, que assim se constituiu somente por uma necessidade imposta pelo meio:

Embora rude, o gaúcho era extremamente gentil para com as mulheres e destemido na defesa da honra dos indefesos. As constantes carnações, o churrasco meio cru, sua familiarização à lida campeira constante, o contato com o sangue, tornava-o sempre preparado para a guerra. [...] Na descendência telúrica encontramos as razões para um ser tão rude, forte e corajoso, ligado profundamente à terra, que chamou, carinhosamente, de Torrão. (Apud FREITAS; SILVEIRA, 2004, p. 268).

Percebe-se, assim, que são características básicas presentes no chamado “mito do gaúcho” a oscilação entre a rudeza e a gentileza, a coragem e a bravura, a prontidão para a peleia, o amor à terra, ao pago, presente no discurso tradicionalista, sendo todas essas características supostamente adquiridas pela influência do meio e transmitidas aos gaúchos de todas as épocas.

As falas da mídia reproduzem e reforçam a representação do gaúcho contida nessa figura mítica. Associada a essa imagem está a ideia de nação gaúcha, que obteve, durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845), uma concretude cuja visibilidade se estende até os dias de hoje.

O discurso historiográfico-regionalista de escritores, jornalistas e historiadores narra a figura mítica do gaúcho como uma promessa gloriosa, herói que atravessou altivamente guerras e adversidades, tipo humano rude, que assim se constituiu somente por uma necessidade imposta pelo meio.

Ocorre que, bem mais do que na maioria das experiências partidárias de outras províncias, desde cedo, no Rio Grande do Sul, teve-se que ter clareza e discernimento sobre que posição adotar, sob que bandeira partidária se posicionar. E com essa

imagem, de homem sempre preparado para a guerra, que vem desde a fundação do Rio Grande do Sul, chegamos ao século XXI.

Antes mesmo de os brasileiros se despedirem dos militares com quem conviveram de 1964 até 1985,<sup>6</sup> surge o pluripartidarismo. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>7</sup> se diluíram em diversas outras siglas e já não estavam mais sozinhas. No Rio Grande do Sul, não foi diferente, exceto pelo fato de que, de certa forma, o bipartidarismo se perpetuou. A escolha da vez era petista (ou pró-PT) ou antipetista.

## PT *versus* PSDB

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980 e, segundo o texto do Manifesto de Fundação, surgiu “da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la”. (Site do PT, 2011).<sup>8</sup>

Como o nome sugere, a classe trabalhadora era o coração do movimento.

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. (Site do PT, 2011).

A partir daquele momento, o PT se mostrou como uma alternativa às velhas caras e ao jeito antigo de fazer política, revelando um posicionamento mais radical e se apresentando como um partido de esquerda, ou seja, o PT abocanhou os votos e a simpatia de todos que estavam cansados do velho jogo. Desnecessário é dizer que desagradou profundamente os mais conservadores (que viriam a ser conhecidos como antipetistas).

6 Os militares tomaram o poder em primeiro de abril de 1964 e governaram o País pelos 20 anos seguintes. A abertura política aconteceu em 1985.

7 Arena e PMDB foram os dois partidos políticos que vigoraram no período da ditadura militar no Brasil.

8 Manifesto Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União, de 21 de outubro de 1980. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portaltpt/dados/bancoimg/c091003192752manifesto.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

O Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) nasceu quase como a antítese perfeita da proposta do PT, não fosse pelo anterior Partido da Frente Liberal (PFL),<sup>9</sup> hoje Partido (Democrata (DEM), considerado o ápice do radicalismo de direita. O PSDB deriva do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o Partido da Frente Liberal (PFL) deriva do Partido Democrata Social (PDS), antigo Arena. No manifesto de fundação, o PSDB se coloca na posição de um partido popular. “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido.” (Site do PSDB, 2011).<sup>10</sup> Mesmo assim, é formado por grande parte da elite intelectual e burguesa do Brasil e não pelo povo das ruas.

Diferentemente do PT, os tucanos (o símbolo do PSDB é um tucano e, por isso, os simpáticos ao partido são chamados assim) não pregam o socialismo. Longe disso, estão mais próximos do modelo neoliberal e ainda assumem uma postura de pluralidade, refutando a proposta populista do PT.

Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo – por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, social-democratas, socialistas democráticos –, o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro. Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção, sem o que não há medidas distributivas que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil. (Site do PT, 2011, p. 2-3).

Enquanto os tucanos defendem a linha social-democrata até no nome, o PT nasceu justamente criticando o reformismo dos partidos social-democratas. As diferenças entre PT e PSDB não demoraram a aparecer na prática do partido.

## O Piratini

O sucesso do PSDB no Brasil foi considerado meteórico. O sociólogo tucano Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República em 1994, apenas seis anos após a fundação do partido. Já o PT demorou um pouco mais. O líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores da sigla, chegou ao Palácio do Planalto oito

9 Criado em 1985 como dissidência do partido governista PDS (sucessor da Arena) para apoiar Tancredo, o PFL embarcou no governo José Sarney e ajudou o então presidente a conquistar um quinto ano de mandato. Na época, o pefelista Antonio Carlos Magalhães, então ministro das Comunicações, foi acusado de distribuir concessões de rádio e TV em troca de votos no Congresso.

10 Manifesto de Fundação do PSDB, publicado no Diário Oficial da União, em 6 de julho de 1988.

anos depois e, como o sucessor, também foi reeleito. Lula ainda elegeu sua sucessora para governar o País a partir de 2011. Dilma Rousseff, a primeira mulher a governar o Brasil, dá continuidade ao legado petista em Brasília.

Além de emblemática, a vitória de Dilma assinala uma constatação: os dois partidos – PT e PSDB – governam o Brasil há 17 anos; se contabilizados os anos de Dilma que estão por vir, são 20 anos. Depois da ditadura, se vive 20 anos de bipartidarismo na República, o qual configura a disputa de dois adversários que se tornaram históricos.

No Rio Grande do Sul – e em São Paulo – como já era de se imaginar, ocorreu exatamente o oposto. Em 1988, Olívio Dutra venceu as eleições e se tornou prefeito da Capital Porto Alegre. E ele foi seguido no posto por Tarso Genro, Raul Pont e Tarso Genro novamente. Foram 16 anos de administração petista no município. Em 1998, chegou o momento do PT comandar o estado. Novamente com Olívio Dutra que, com o sotaque da fronteira e o característico bigode, é praticamente a personificação do gaúcho mítico, descrito em livros de literatura e história.

Depois disso, foram oito anos de tropeços. Em 2002, o candidato foi Tarso Genro, derrotado pelo peemedebista Germano Rigotto – o PMDB já havia estado no comando do Piratini em 1994, com Antonio Britto. Olívio Dutra voltou a concorrer em 2006, mas, pela primeira vez, a vitória seria de um tucano, ou melhor, de uma tucana: Yeda Crusius, a primeira mulher a dirigir o Rio Grande do Sul.

Diferentemente da trajetória do adversário, o PSDB nunca venceu eleições importantes no estado antes disso. Nunca governou a capital ou nenhuma grande cidade e nunca elegeu uma bancada suficientemente representativa na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados. Até então, o antipetismo era representado por PMDB e PP,<sup>11</sup> os maiores partidos em número de deputados eleitos e prefeituras.

A vitória da paulista Yeda Crusius foi significativa porque, além de ser a primeira mulher a governar o Rio Grande do Sul, tratou-se de um movimento “desesperado” dos conservadores para garantir que o PT não retornasse ao poder. Foi uma espécie de união de forças. A ideia era que Germano Rigotto, que concorria à reeleição e estava em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, disputasse o segundo turno com Yeda e não com Olívio. Assim, peemedebistas votaram na tucana para reforçar o movimento, e o tiro saiu pela culatra: Rigotto ficou de fora do segundo

---

11 O PDT (que governou o estado com Alceu Collares na gestão 1991-1994) e o PTB são dois partidos que participaram de todos os governos gaúchos, independentemente de partido. Também por isso têm dificuldade de chegar ao Executivo. Siglas como PCdoB, PSB, PPS, DEM e PSOL têm um número pequeno de deputados eleitos e nunca governaram a capital ou o estado.

turno, mas os petistas não venceram e, com a vitória de Yeda, a guinada deu certo, pelo menos por quatro anos.

Em 2010, o PT voltou a comandar o estado. Tarso Genro, tendo administrado dois Ministérios durante o governo Lula, venceu de maneira histórica. Pela primeira vez, no Rio Grande do Sul, as eleições terminaram no primeiro turno, e o PT elegeu 14 dos 55 deputados estaduais.

## *Zero Hora é parcial?*

O jornal *Zero Hora* é o periódico mais antigo do Grupo RBS. Foi fundado em 1964 e é líder de circulação no Rio Grande do Sul. Segundo dados colhidos em março de 2011, pelo Instituto Verificador de Circulação, o diário ultrapassa a tiragem diária de 187 mil exemplares pagos e, segundo dados do Ibope, tem mais de 1,7 milhão de leitores. (Núcleo RBS, 2011).<sup>12</sup> Como já foi dito anteriormente, opinião é algo muito importante para o gaúcho, e o *Zero Hora* reflete muito bem isso. O jornal conta com mais de 70 colunistas. Profissionais que, em cima da notícia ou do cotidiano, emitem suas opiniões por meio das folhas do jornal. A editoria é só uma das variantes. São diferentes os espaços, os tamanhos e a frequência.

Uma das colunas mais prestigiadas de *ZH* é a de política, intitulada “Página 10”. Foi lançada em um domingo, 24 de janeiro de 1993, e o prestígio e a importância, entre outros fatores, podem ser medidos pelo espaço concedido: uma página tabloide inteira. Nem o colunista mais “famoso” e lido<sup>13</sup> do jornal, Paulo Sant’Anna, tem tantas linhas para divagar. Foi atribuída tamanha importância à coluna política que para seu surgimento foi necessário acabar com outras duas colunas: “Bastidores” e “ZH Brasília”, também de cunho político.

Durante quase vinte anos, o comando da coluna foi do jornalista José Barrionuevo, escolhido para a função por Augusto Nunes, então diretor de Redação de *Zero Hora*. Até ingressar no conglomerado da Rede Brasil Sul, Barrionuevo foi responsável por uma coluna de política no jornal *Correio do Povo* por oito anos. Rosane de Oliveira, atual responsável pela coluna, assumiu a função em 2003, depois de trabalhar durante 11 anos em *Zero Hora*.

A troca de Barrionuevo por Rosane de Oliveira deixou clara a tentativa da empresa de mudar o perfil do jornal. Sob o comando do primeiro, o espaço era destinado quase única e exclusivamente para criticar o PT e entidades, como o Movimento dos Sem-Terra. O

12 Disponível em: <<http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2011/05/17>> Acesso em: 22 maio 2011.

13 Pesquisa encomendada pelo Grupo RBS indica que o colunista mais lido é Paulo Sant’Anna. No segmento jornalismo, a “Página 10” está em primeiro lugar, quinta colocada no geral.

Grupo RBS, no entanto, independentemente do posicionamento dos proprietários, diretores e conselheiros da empresa, notou que, apesar da liderança, não podia mais estimular, permitir ou ignorar a panfletagem que ocorria contra *Zero Hora*. E os leitores também não a estavam ignorando. Inclusive, no período em que o petista Olívio Dutra venceu as eleições para o governo do estado, foram distribuídos adesivos com os seguintes dizeres: “Zero Hora mente.” “Não leio Zero Hora.” “Não compre Zero Hora.” Os panfletos não são de autoria do PT, oficialmente, mas os petistas aderiram à campanha.

Sob o comando de Rosane de Oliveira, os panfletos deixaram de circular, mas a desconfiança dos leitores não foi contida. Não se desconfia da pessoa, da jornalista, mas da empresa e de sua neutralidade como meta.

Já ressaltamos que gaúcho considera importante “posicionar-se”. Para a maioria da população é inadmissível “ficar em cima do muro”. E, nesses termos, a *neutralidade* do jornalista não é aceita. Por mais que o profissional não assuma uma determinada postura ideológica ou não permita que ela transpareça, o leitor/telespectador/ouvinte fica sempre à espreita, como se estivesse esperando para pegar o jornalista no flagrante. Existe uma eterna desconfiança por parte da militância. Mas, afinal, a coluna “Página 10” é neutra ou antipetista?

## Subordinação

Segundo Althusser (apud TRAQUINA, 2004, p. 175), “os media – embora involuntariamente, e através dos seus próprios ‘caminhos autônomos’ – têm se transformado efetivamente num aparelho do próprio processo de controle – um ‘aparelho ideológico do Estado’”.

Ou seja, a mídia estaria em tal posição que, antes da panfletagem, apenas reproduziu a ideologia dominante – no caso do objeto de estudo, ora reproduz as ideias tucanas, ora petistas, ou critica ações de ambos. Indícios sobre as possíveis distorções na página de um jornal indicam que elas não são reflexos de uma conspiração contra um ou outro partido. Conforme nosso estudo, trata-se, prioritariamente, de uma subordinação permanente à opinião das fontes institucionais.

Para Hall et al. (1978), é essencial a relação dos jornalistas com os definidores primários<sup>14</sup> [*primary definers*] para a construção de um consenso na sociedade, embora nem sempre seja esse o objetivo. A ligação com fontes primárias não só é imprescindível como é determinante, pois reflete, de alguma forma, o pensamento domi-

<sup>14</sup> Definidores primários são aquelas fontes institucionalizadas como o governador do estado, prefeitos, secretários, deputados, líderes sindicais, etc.



nante. Afinal, apesar de ser importante ouvir o institucional – no caso do jornalismo político – também é importante saber a opinião de um filiado *comum*, de qualquer sigla, membro do segundo e do terceiro escalões do governo, um simples funcionário da Assembleia, um eleitor, entre outras fontes secundárias e terciárias.

No caso dos jornalistas, especialmente dos que cobrem política, o apoio nas fontes institucionais é uma excelente forma de defesa. O profissional “esconde-se” atrás das palavras, pinta uma imagem de neutralidade e objetividade e, assim, responde a qualquer crítica com o seguinte argumento: “Foi o *fulano* quem disse, apenas *reproduzi*.” O fato é que o jornalista apenas reproduz uma declaração, mas, ao escolher uma fonte comprometida com a ideologia dominante, acaba reproduzindo apenas a ideologia dominante.

Charaudeau (2006) também questiona a validade da fonte, validade essa que constitui o valor da verdade, ao lado do alvo; da maneira de tratar a informação, como foi dito antes; e da seleção da informação. Dessa forma, pode-se dizer que os definidores primários dão crédito a uma informação na condição de autoridades legítimas. Exemplificando a lógica, ninguém questiona a informação do governador em relação a um assunto do governo. Pode-se questionar, sim, o conteúdo da informação, por exemplo, mas ninguém nega a importância de se ouvir o que o governador tem a dizer.

Apesar da dita subordinação, Hall et al. (1978) admitem que o processo não está totalmente fechado quando os *media* são institucionalmente distintos das “outras agências do Estado”; os *media* possuem os seus próprios motivos e lógicas que os podem levar a entrar em conflito com os “definidores primários”; as instituições que compõem a estrutura do poder podem entrar frequentemente em disputas (apud TRAQUINA, 2004, p. 179).

É ainda importante ressaltar que há outra variante que interfere na escolha e na ação dos jornalistas: as rotinas de produção. Existe uma lógica apressada na produção das notícias que estimula a subordinação dos profissionais à opinião e manipulação das fontes, mas todos os fatores citados acima – especialmente os selecionados por Hall e outros (1978) são minimizados, segundo Traquina (2004, p. 179), “e não põem em causa o ponto-chave desta teoria (dos Definidores Primários): a reprodução da ‘ideologia dominante’ por parte dos *media*”.

## Análise

Para este estudo, utilizamos como metodologia a análise de conteúdo de dados qualitativos e quantitativos, identificados na “Página 10”, seção comandada pela

jornalista Rosane de Oliveira, publicada diariamente no jornal *Zero Hora*, que tem por objetivo divulgar e analisar os acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul.

A coleta de dados considerou as edições do jornal que circularam nos três primeiros meses de governo de Yeda Crusius (PSDB, 2007) e nos três primeiros meses do governo de Tarso Genro (PT, 2011), adversários que se enfrentam há décadas.

A sustentação teórica deste estudo baseia-se na hipótese do *Newsmaking* e dos “Definidores Primários”, a partir dos estudos de Hall et al. (1978), bem como das análises realizadas nos últimos dez anos por Souza (2000, 2002, 2004), Traquina (1999, 2004), Hohlfeldt et al. (2001), Wolf (1985, 2003) e Charaudeau (2006). Um breve histórico do Rio Grande do Sul foi traçado com base nos estudos de Lamberty (2000) e Rüdiger (1993), bem como nos textos contidos nos sites dos partidos políticos citados: DEM, PT, PSDB, PFL, PDS, PMDB e PDT.

Nossa curiosidade em analisar a coluna decorre da já conhecida desconfiança dos leitores gaúchos em relação à imparcialidade do jornal *Zero Hora* em termos de divulgação de acontecimentos político-partidários. Portanto, com este estudo pretendemos avaliar a possível parcialidade ou imparcialidade da coluna em questão.

Analisamos, assim, as colunas dos meses de janeiro e março dos anos de 2007 – primeiro ano do governo de Yeda Crusius – e 2011 – início do governo Tarso Genro. O mês de fevereiro, nos dois casos, foi excluído da pesquisa por ser o mês de férias da titular da “Página 10”. A substituição de Rosane, em 2007, foi feita pelo jornalista Alexandre Elmi, hoje assessor da Secretaria Estadual de Desenvolvimento. Em 2011, a jornalista Letícia Duarte substituiu a titular da “Página 10”.

A amostra dos meses de janeiro e março de ambos os anos foi colhida de maneira aleatória – segunda-feira da primeira semana, terça-feira da segunda semana, etc. e assim por diante. Foram separados seis dias de cada ano, com representação de todos os dias da semana – exceto sexta-feira, que ficou de fora, também aleatoriamente. O resultado ficou assim constituído:

**a) Ano de 2007:** edição de 1º, 14 e 25 de janeiro e 6, 10 e 14 de março.

**b) Ano de 2011:** edição de 3, 16 e 27 de janeiro e 1º, 12 e 16 de março.

A coluna em questão pode ser dividida da seguinte forma: um texto de abertura, geralmente com um número maior de caracteres; texto secundário, menor que o de abertura da página, mas contendo fotografia; pequenas notas são distribuídas no entorno da página e cápsulas<sup>15</sup> com, em média, 20 palavras, compõem o espaço “Mirante”.

15 Cápsulas são notas muito pequenas, contendo geralmente apenas uma frase.

Diante da amostra selecionada, catalogamos 51 notas com referência ao governo do estado ou ao governante em 2007 e 36 notas em 2011, somando um total de 87. As notas foram separadas em três categorias: *favorável ao governo*, *desfavorável ao governo* e *neutro*, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 1** Categorias de análise das notas publicadas na “Página 10”

Governo	Favorável	Desfavorável	Neutro
<b>Yeda Crusius (2007)</b>	16 = 31,37%	18 = 35,29%	17 = 33,33%
<b>Tarso Genro (2011)</b>	17 = 47,22%	6 = 16,66%	12 = 33,33%

Fonte: As autoras.

Notou-se que o tema “governo do estado” era, definitivamente, mais presente quando da gestão de Yeda Crusius. Isso não significa, no entanto, que houve uma tendência de apoio aos tucanos. A maior parte dos textos que faziam referência ao Executivo não colaborava para uma melhora da imagem da tucana. Pelo contrário, cerca de 35% do conteúdo atribuiu uma crítica, imagem negativa ou desaprovação a algum ato da governadora.

Se for observado o período do governo de Tarso Genro, a perspectiva muda. Não que isso signifique um apoio de *Zero Hora* ao petista, mas as divulgações que prejudicam a imagem do governador são reduzidas a 16%.

O estudo revela ainda que, separados os textos de abertura dos seis dias de análise (os mais importantes e onde a jornalista expressa sua opinião), Yeda Crusius é tema em quatro deles, e Tarso Genro, em três. Diferença pouco significativa. Se atribuímos valor, no entanto, Yeda Crusius sai ganhando: um texto é favorável, um é neutro, e dois são negativos. Quanto a Tarso Genro, quantificamos um texto neutro e dois negativos.

Poder-se-ia ainda separar os títulos de cada notícia divulgada, cada texto publicado, mas os resultados seguiriam a mesma linha: diferenças tênues, pouco perceptíveis. Ora é Yeda Crusius quem tem maior atenção do jornal, ora é Tarso Genro.

Uma análise das imagens publicadas demonstra a constatação acima. Yeda Crusius é a personagem principal da fotografia de duas edições da coluna. Em uma delas, está sentada à mesa do gabinete da governadora, no Palácio Piratini, cercada por secretários; em outra, discursa em um evento sobre segurança pública. Tarso Genro figura nas fotografias de três edições: em uma delas também está à mesa do gabinete; em outra, com uma postura cordial e um sorriso nos lábios, conversa com o cônsul do Japão em Porto Alegre; e, na última, com roupas informais, estende a mão,

em um ato de solidariedade, a desabrigados devido à chuva na cidade de São Lourenço, na região sul do estado.

Se Yeda Crusius levou vantagem em relação ao espaço e aos textos de abertura, Tarso Genro ganhou melhores fotos e não foi relacionado a notícias negativas.

Para uma análise de conteúdo mais profunda do material, também catalogamos como categorias os substantivos e adjetivos presentes nos textos e as preposições *sem* e *contra*.

**Tabela 2** Categorias de análise: substantivos, adjetivos e preposições utilizados na coluna “Página 10”

Governo	Total de palavras	Excluindo repetidas
Governo Yeda (2007)	857	503
Governo Tarso (2011)	896	546

Fonte: As autoras.

Nos dois casos, cerca de duzentas palavras aparecem somente uma vez na coluna; aproximadamente oitenta aparecem duas vezes; e cerca de quarenta se repetem três vezes. Isso significa que, entre as 30 mais frequentes, estão palavras que aparecem somente quatro vezes:

**Tabela 3** Palavras mais frequentes na “Página 10” – 2007

Identificação das palavras	Frequência
Governadora e/ou Yeda Crusius	36
Governo	24
Secretarias/secretários	21
Estado	12
Prefeitos	11
Nova/novo	10
Cargos	9
SEM cortes	9
Transporte escolar	9
Deputado	8
Gaúcho	7
Piratini	7
Presidência	7
Projeto	7
Servidores	7
Assembleia	6

Aumento	6
Pacote	6
Vice / Paulo Feijó	6
ICMS	5
Luiz Fernando Zachia	5
Oposição	5
Pagamento	5
Reforma	5
Acordo	4
Ajuste	4
Coordenadores	4
Crítica	4

Fonte: As autoras.

**Tabela 4** Palavras mais frequentes na “Página 10” – 2011

<b>Identificação das palavras</b>	<b>Frequência</b>
Governador e/ou Tarso Genro	34
Governo	21
Secretarias/secretários	17
Piso	13
Assembleia	12
Yeda Crusius	10
Projeto	10
CPERS	9
SEM completar	8
Deputado	8
Presente	7
Prefeitos	7
Posse	7
Nova/novo	7
Ministério	6
Líder	6
Estado	6
Trabalhadores	5
São Lourenço <sup>16</sup>	5

16 São Lourenço não foi considerada na avaliação, pois a frequência com que o nome do município aparece é excepcional já que, no período analisado, a localidade foi atingida por forte chuva e ficou parcialmente submersa.

Reportagem	5
PT	5
Proposta	5
Professor	5
Pagamento	5
Japão	5
Área política	5
Salarial	4
Reunião	4
Relação	4

Fonte: As autoras.

Dentre as 30 palavras que aparecem com maior frequência, 13 são as mesmas nos dois anos. São elas:

**Tabela 5** Palavras mais frequentes em 2007 e 2011 e os definidores primários

<b>Assembleia</b>	Definidor Primário
<b>Deputado</b>	Definidor Primário
<b>Estado</b>	Definidor Primário
<b>Governador</b>	Definidor Primário
<b>Governo</b>	Definidor Primário
Nova/novo	–
Pagamento	–
<b>Piratini</b>	Definidor Primário
<b>Prefeitos</b>	Definidor Primário
Projeto	–
<b>Secretarias/secretários</b>	Definidor Primário
SEM	–
Servidores/trabalhadores	–

Fonte: As autoras.

Das 13, as oito em destaque podem ser consideradas Definidores Primários, ou seja, o jornalismo político – pelo menos o da “Página 10” – segue preferindo fontes oficiais, da elite política e do Executivo, mesmo que as palavras *servidores* e/ou *trabalhadores* estejam entre as mais citadas. No nosso entender, essas duas palavras só aparecem entre as mais citadas porque era época de reajuste do funcionalismo público, não significando que os servidores tenham sido ouvidos.

O fato de as palavras *governador, deputado, prefeito, secretários* estarem entre as mais citadas deixa clara a tendência de reproduzir a ideologia dominante seja ela qual for. Mesmo que as matérias nem sempre sejam de boa repercussão, são as fontes institucionais, ainda, as mais procuradas pelo jornalista de política no Rio Grande do Sul. Nesses termos, o jornalismo político gaúcho publicado em *Zero Hora* é apenas institucional. Ele espelha o que pensam e fazem os políticos que detêm cargos públicos (governos do RS e de Porto Alegre) ou mandatos parlamentares (Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, Câmara dos Deputados e Senado Federal).

O que pensam ou julgam os eleitores gaúchos, seus sindicatos, suas Organizações Não Governamentais, seus cientistas políticos, suas elites intelectuais não é do conhecimento público, pelo menos não o é através do jornal *Zero Hora*.

## Considerações finais

É impossível falar de política sem recorrer aos Definidores Primários. A submissão às fontes, no entanto, ocupou o espaço de um dos principais objetivos do jornalismo: sempre ouvir todos os lados. O que verificamos é que, normalmente, são ouvidas duas pessoas, ambas representantes institucionais, na maioria das vezes, não necessariamente representando posições divergentes.

Na análise de 12 páginas, com uma amostra de seis dias da semana, dois meses dos anos de 2007 e 2011, não há sequer declaração de um eleitor ou de um filiado sem cargo de confiança. A submissão não caracteriza que o jornalista é a favor ou contra determinado governo ou que faz suas escolhas intencionalmente. Caracteriza, no entanto, uma acomodação crescente *do e no* processo de produção da notícia. São reafirmados atalhos, e as fontes institucionais ocupam posições que conferem a elas um grau de importância e credibilidade. Elas têm garantido espaço de divulgação de seus atos e posições no jornal de maior tiragem do Estado.

O receptor nunca é apenas o alvo ideal visado pelo fornecedor de informação, diz Charaudeau (2006), porque quem o conteúdo vai alcançar é uma incógnita incontável e, mesmo que se saiba quem é o receptor, é impossível prever a reação ou o efeito que a notícia vai causar. “Na verdade, somente o receptor está em posição de julgar o teor de uma informação, restando ao emissor tão-somente fazer uma aposta sobre sua validade (e não sobre seu valor)”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 58).

No caso do jornalismo político, a percepção pode ser ainda mais imprevisível porque, como no esporte, lidam-se com *alvos afetivos*, ou seja, ao se lidar com política parti-

dária, os leitores e militantes, principalmente, tendem a reagir com base em suas emoções e não em um pensamento racional.

Enfim, apesar de a pesquisa indicar que não há preferência por um ou por outro partido ou governante, e que não há, no presente, uma linha ideológica definida como no tempo do jornalista Barrionuevo, provavelmente a desconfiança e a dúvida em relação à neutralidade da coluna política “Página 10” permanecerão. Rosane de Oliveira segue presa aos moldes dos Definidores Primários, ouvindo apenas as fontes oficiais, colaborando, dessa forma, com a divulgação e o reforço da ideologia dominante.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

DEMOCRATAS 25: a força das novas idéias. Disponível em: <[www.dem.org.br](http://www.dem.org.br)>. Acesso em: 29 set. 2011.

DIÁRIO OFICIAL da União, de 21 de outubro de 1980. *Site Oficial do Partido dos Trabalhadores*. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 29 set. 2011.

FREITAS, Letícia F. R.; SILVEIRA, Rosa Maria H. A figura do gaúcho e a identidade cultural latino-americana. *Revista Educação*, Porto Alegre, ano XXVII, n. 2, v. 53, p. 263-281, maio/ago. 2004.

HARNISH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.

HALL, Stuart et al. *Policing the crisis*. London: MacMillan, 1978.

HALL, Stuart et al. *A produção social das notícias: o “mugging” nos media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org. e Trad.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1999. p. 224-248.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, C. Luiz; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes. 2001.

JORNAL ZERO HORA. Edições de janeiro e março de 2007 e janeiro e março de 2011.

LAMBERTY, Salvador Ferrando. *ABC do tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre: M. Livreiro, 2000.

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO do PSDB. *Site Oficial do PSDB*. Disponível em: <[https://www2.psd.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa\\_250688.pdf](https://www2.psd.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2011.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org. e Trad.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1999. p. 224-248.



NÚCLEORBSDEDIVULGAÇÃO. Disponível em: <<http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2011/05/17>>. Acesso em: 22 maio 2011.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/wiki](http://pt.wikipedia.org/wiki)>. Acesso em: 20 set. 2011.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/wiki](http://pt.wikipedia.org/wiki)>. Acesso em: 20 set. 2011.

PMDB. O PARTIDO DO BRASIL. Disponível em: <[www.pmdb.org.br](http://www.pmdb.org.br)>. Acesso em: 20 set. 2011.

PORTAL PDT. Disponível em: <[www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)>. Acesso em: 29 set. 2011.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org. e Trad.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Veja, 1999. p. 278-279.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org. e Trad.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Veja, 1999. p. 91-100.

SOUSA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

\_\_\_\_\_. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000. (Coleção Comunicação).

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e histórias*. Lisboa: Veja, 1999.

WHITE, David Manning. O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org. e Trad.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teorias da comunicação*. Barcelona: Paidós, 1985.